



CENTRAL SOLAR PEREIRA BARRETO II S.A.

CNPJ/MF nº 31.469.895/0001-31

Demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022

Balanços patrimoniais - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)		Demonstrações de resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)			
Nota	31/12/2022	31/12/2021	Nota	31/12/2022	31/12/2021
ATIVO					
Circulante					
Caixa e equivalente de caixa	7	6.196	9.079		
Concessionárias	8	1.844	4.319		
Impostos a compensar	9	6	1		
Adiantamento a fornecedores	11	-	2.071		
Despesas antecipadas	12	60	53		
Total	8.106	15.470			
Não circulante					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	-	9		
Partes relacionadas	10	4.941	4.905		
Adiantamento a fornecedores	11	-	1.043		
Imobilizado	13	152.233	155.233		
	157.174	161.191			
Total do ativo	165.281	176.661			
Notas explicativas das demonstrações financeiras					
1.CONTEXTO OPERACIONAL					
A Central Solar Pereira Barreto II ("Companhia" ou "PB II"), Sociedade Anônima de capital fechado, constituida em setembro de 2018, tem como objeto social a realização de estudos, projetos, construção, instalação, implantação, operação comercial, manutenção, a exploração do potencial da Central Solar Pereira Barreto II, a comercialização da energia a ser gerada por esse empreendimento, bem como a prática de atos de comércio em geral, relacionados a essas atividades. A Companhia tem sede e fuso na Rodovia SP 563, Sentido Pereira Barreto a Usina Três Irmãos, na cidade de Pereira Barreto, estado de São Paulo. 1.1 Autorização do Parque Solar Pereira Barreto II: Em 06 de maio de 2019 o Parque Solar foi autorizado pela ANEEL a explorar a atividade de geração de energia na modalidade de produtor independente por 35 anos, com término da autorização em 05 de maio de 2054. A Companhia em setembro de 2018 vendeu 10 MW médio de energia no Mercado Livre, por meio do projeto de geração solar: Pereira Barreto II, localizado no estado de São Paulo, região sudeste do Brasil. O contrato de venda da energia no Mercado Livre se deu pelo prazo de 15 anos. Conforme despacho ANEEL nº 3.250 o Parque Solar Pereira Barreto II iniciou sua operação comercial em 14 de outubro de 2021.					
Central Solar Pereira Barreto II					
Usinas		Central Solar Pereira Barreto II			
Modalidade		Produtor Independente			
Outorga		Autorização			
Estado		SP			
Capacidade instalada (MW)		41,90			
Data do início da operação		2021			
Autorização / Registro		Inicio			
		06/05/2019			
		Término			
		05/05/2054			
1.2 Capital circulante líquido negativo: Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo, devido pagamentos aos fornecedores referentes a conclusão da construção do parque solar. O equacionamento do capital de giro no exercício de 2023 será alcançado da seguinte forma: (i) geração de caixa através da operação comercial que teve seu início em outubro de 2021, (ii) se houver necessidade de aporte de capital da holding.					
2. BASE DE PREPARAÇÃO					
2.1 Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Todas as informações relevantes das demonstrações financeiras estão divulgadas, e correspondem aquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 21 de agosto de 2023. 2.2 Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota n.º 22 de Instrumentos Financeiros. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 4.					
3. MODEA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO					
A moeda funcional é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de Reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.					
4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS					
Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas relevantes para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de eventualmente causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para os próximos exercícios sociais, estão contempladas nas seguintes notas explicativas: - Imobilização determinada pelo valor recuperável do imobilizado: As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas relevantes para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de eventualmente causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para os próximos exercícios sociais, estão contempladas nas seguintes notas explicativas: - Receita operacional líquida: (ajuste de efetiva) premissas para determinação do valor da receita operacional líquida. - Ativo não financeiro: A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido do imobilizado, para identificar se houver evidências de perdas não recuperáveis ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável. Os valores recuperáveis foram determinados com base no valor em uso. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de que geradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. No caso da Companhia, existe uma única UGC. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. Um valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que refletem as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não excede a metade que teria sido apurado, líquido de depreciação, amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. e) Demais ativos circulares e não circulares: São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço. f) Fornecedores: Inclui, principalmente, os saldos a pagar aos fornecedores de materiais e serviços e de encargos de uso da rede elétrica. Os valores estão contabilizados de acordo com o regime de competência. g) Provisões: Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão de acordo com a estimativa das respectivas responsabilidades futuras. A atualização financeira da provisão, com referência ao final de cada exercício, é reconhecida em resultados. h) Demais passivos circulares e não circulares: São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço. i) Operações de arrendamento: No começo de um contrato deve-se determinar se ele é ou contém um arrendamento. Um ativo específico é o objeto de um arrendamento caso o cumprimento do contrato dependa do uso daquele ativo. O contrato transfere o direito de usar o ativo caso o contrato transfira o direito ao arrendatário de controlar o uso do ativo subjetivo. Os arrendamentos, nos quais os riscos e benefícios permanecem substancialmente com o arrendador, são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos e/ou recebimentos relacionados aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesas e/ou receitas na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento. Os arrendamentos, nos quais se contemplam não só o direito de uso de ativos, mas também a transferência substancial dos riscos e benefícios para o arrendatário, são classificados como arrendamentos financeiros. Para os arrendamentos financeiros em que a Companhia atua como arrendatária, os bens são capitalizados no ativo imobilizado no início do arrendamento, em contrapartida a um passivo mensurado pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. O imobilizado é depreciado de acordo com a política aplicável para o ativo. Em ambos os casos, as receitas/despesas financeiras são reconhecidas no resultado do exercício durante o período do arrendamento, de modo que seja obtida uma taxa constante de amortização, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249/95 e regulamentação posterior. Adiantamentos para futuro aumento de capital ("AFAC"): Adiantamentos para futuro aumento de capital ("AFAC") representam adiantamentos de recursos recebidos da controladora e destinados a aportar de capital que são concedidos em caráter irrevogável. São reconhecidos pelo valor justo e classificados como patrimônio líquido na controladora, e no investimento da controladora. São reconhecidos pelo valor justo e classificados como patrimônio líquido quando a quantidade de ações a serem emitidas não é conhecida. Em contrapartida, os adiantamentos para futuro aumento de capital também são reconhecidos pelo valor justo na controladora, classificados como ativo não circulante. II) Apuração do resultado: O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. m) Receita operacional líquida: A receita operacional líquida é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante esperar trocar por aqueles bens ou serviços. O IFRS 15 / CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato; e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (i) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" do bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de for-					
5. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS					
As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia para os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. a) Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, e os investimentos de curto prazo com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo amortizado que equivale ao custo de aquisição da receita. b) Concessionárias: Representadas, basicamente, por contratos bilaterais de venda de energia faturadas e não faturadas. Os valores estão contabilizados de acordo com o regime de competência. c) Imobilizado: Tornenos, edificações e máquinas e equipamentos compreendem, principalmente, o parque solar. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e pode incluir transferências do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de hedge de fluxo de caixa qualificados como referentes a compra e venda de imóveis, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo amortizado que equivale ao custo de aquisição da receita. d) Redução ao valor recuperável					
e) Ativo não financeiro: A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido do imobilizado, para identificar se houver evidências de perdas não recuperáveis ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável. Os valores recuperáveis foram determinados com base no valor em uso. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de que geradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. No caso da Companhia, existe uma única UGC. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. Um valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que refletem as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não excede a metade que teria sido apurado, líquido de depreciação, amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. e) Demais ativos circulares e não circulares: São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço. f) Fornecedores: Inclui, principalmente, os saldos a pagar aos fornecedores de materiais e serviços e de encargos de uso da rede elétrica. Os valores estão contabilizados de acordo com o regime de competência. g) Provisões: Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão de acordo com a estimativa das respectivas responsabilidades futuras. A atualização financeira da provisão, com referência ao final de cada exercício, é reconhecida em resultados. h) Demais passivos circulares e não circulares: São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço. i) Operações de arrendamento: No começo de um contrato deve-se determinar se ele é ou contém um arrendamento. Um ativo específico é o objeto de um arrendamento caso o cumprimento do contrato dependa do uso daquele ativo. O contrato transfere o direito de usar o ativo caso o contrato transfira o direito ao arrendatário de controlar o uso do ativo subjetivo. Os arrendamentos, nos quais os riscos e benefícios permanecem substancialmente com o arrendador, são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos e/ou recebimentos relacionados aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesas e/ou receitas na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento. Os arrendamentos, nos quais se contemplam não só o direito de uso de ativos, mas também a transferência substancial dos riscos e benefícios para o arrendatário, são classificados como arrendamentos financeiros. Para os arrendamentos financeiros em que a Companhia atua como arrendatária, os bens são capitalizados no ativo imobilizado no início do arrendamento, em contrapartida a um passivo mensurado pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. O imobilizado é depreciado de acordo com a política aplicável para o ativo. Em ambos os casos, as receitas/despesas financeiras são reconhecidas no resultado do exercício durante o período do arrendamento, de modo que seja obtida uma taxa constante de amortização, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249/95 e regulamentação posterior. Adiantamentos para futuro aumento de capital ("AFAC"): Adiantamentos para futuro aumento de capital ("AFAC") representam adiantamentos de recursos recebidos da controladora e destinados a aportar de capital que são concedidos em caráter irrevogável. São reconhecidos pelo valor justo e classificados como patrimônio líquido na controladora, e no investimento da controladora. São reconhecidos pelo valor justo e classificados como patrimônio líquido quando a quantidade de ações a serem emitidas não é conhecida. Em contrapartida, os adiantamentos para futuro aumento de capital também são reconhecidos pelo valor justo na controladora, classificados como ativo não circulante. II) Apuração do resultado: O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. m) Receita operacional líquida: A receita operacional líquida é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante esperar trocar por aqueles bens ou serviços. O IFRS 15 / CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato; e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (i) a obrigação de desempenho é cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de for-					
6. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕ					

...continuação

CENTRAL SOLAR PEREIRA BARRETO II S.A. | CNPJ/ME nº 31.469.895/0001-31

A Companhia avaliou os contratos de arrendamento de terrenos do parque solar, por apresentarem valores relevantes e por serem de longo prazo, em que o arrendador tem direito a uma remuneração fixa, no período de construção do parque solar, a Administração da Companhia autorizou os inícios das construções para o 2º semestre de 2020, a Companhia realizou o registro do montante em dezembro de 2020.

Arrendamentos

Saldo em 31/12/2021 5.226
Adições 871
AVP 623
Pagamentos (661)
Saldo em 31/12/2022 6.058

A Companhia chegou às suas taxas de desconto, com base nas taxas médias de crédito observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à realidade da Companhia, a taxa obtida foi de 10,24% a.a., para terrenos.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

17.1 Capital social: O Capital social em 31 de dezembro de 2022 totalmente integralizado é de R\$ 102.597 (R\$ 102.597 em 31 de dezembro de 2021). O capital social é composto de 102.402 ações (mil) ordinárias nominativas, sem valor nominal.

31/12/2022 31/12/2021
Nº de títulos % Nº de títulos %
Acionistas 102.402 100% 102.402 100%
EDP Renováveis S.A. 102.402 100% 102.402 100%

A Companhia não possui capital autorizado, conforme estatuto social. 17.2 Destinção do lucro: conforme definido no artigo 21 do Estatuto Social da Companhia, os acionistas têm direito de receber dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido, depois de deduzida a parcela de constituição da reserva legal, na forma da Lei nº 6.404/76, artigo 202. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentou reserva de lucros de R\$ 8.766 (R\$ 7.284 em 31 de dezembro de 2021).

18. RECEITAS OPERACIONAIS

31/12/2022 31/12/2021
Receita operacional bruta 18.141 14.119
Energia comercializada no mercado de curto prazo (a) 18.141 14.119

Deduções à receita operacional
PIS / COFINS (662) (515)
MWH comercializado (não auditado) 17.479 13.603
96 44

(a) A operação comercial da usina iniciou em outubro de 2021, porém no período de julho a setembro de 2021 foi dada o início da operação em teste junto à Câmara de Comercialização de Energia - CCEE, operação essa que é liquidada no mercado de curto prazo, ao qual a tarifa não está atrelada ao PPA (R\$189,00) e sim ao preço de liquidação de diferenças (R\$-500).

19. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

31/12/2022 31/12/2021
Não gerenciáveis Encargos de uso da rede elétrica (a) (2.804) -

Gerenciáveis Depreciação e amortização (b) (4.153) (1.025)
Serviços de terceiros e materiais (2.356) (178)
Compartilhamento de custo (934) (477)
Outras despesas (c) (3.638) (236)
Arrendamentos (303)
Seguros (198)
Despesas Gerais e administrativas Serviços de terceiros (42) (32)
Doações (28) (24)
Outras despesas (44) (17)
Outras despesas operacionais Perda no imobilizado (107)
- (14.400) (2.096)

(a) O parque solar entrou em operação em outubro de 2021, no entanto a cobrança de encargos do setor teve seu início a partir de janeiro de 2022. (b) Em 2021 foi considerado o custo referente aos meses que parou operou (outubro a dezembro de 2021), a partir de 2022 o parque iniciou sua operação total, portanto os custos apresentados são referentes aos 12 meses. (c) Refere-se a provisão de perda do empréstimo feito a fornecedores, conforme detalhado na nota explicativa nº 11.

20. RESULTADO FINANCEIRO

31/12/2022 31/12/2021
Despesas financeiras Ajuste a valor presente (49)
Atualização financeira (623) (109)
Despesas com garantias bancárias (93) (138)
Outras despesas financeiras (8)
- (774) (246)

Receitas financeiras Juros recebidos 96 119
Receita de variação cambial 58 22
Renda de aplicação financeira 93 22
247 141
(526) (105)

Aos Administradores e Acionistas
Central Solar Pereira Barreto II S.A.
Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Central Solar Pereira Barreto II S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Central Solar Pereira Barreto II S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações

21. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE

	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2021
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita operacional	18.141	18.141	14.119	14.119
Aliquota aplicada sobre receita bruta	8%	12%	8%	12%
Receitas financeiras	1.451	2.177	1.129	1.694
Base de cálculo	189	189	119	119
Aliquotas vigentes	25%	9%	25%	9%
Expectativa de crédito (débito) de impostos de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(410)	(213)	(312)	(163)
Ajuste decorrente do adicional do IR	24	-	6	-
Imposto diferido	(366)	(213)	(306)	(163)
Aliquota efetiva	2,13%	1,17%	2,17%	1,16%
Imposto corrente	(366)	(213)	(306)	(163)

Caixa e equivalente de caixa

Concessionárias

Total

31/12/2022

31/12/2021

6.196 9.079

1.844 4.319

8.040 13.398

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Considerações gerais: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que as atualizações das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções. 22.1 Classificação dos instrumentos financeiros: As classificações dos ativos e passivos financeiros e as políticas utilizadas pela Companhia para classificação, reconhecimento e mensuração estão divulgadas na nota explicativa nº 5.

Nota Categoría Níveis 31/12/2022 31/12/2021

Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	7	Custo amortizado	Nível 1	6.196 9.079
Concessionárias	8	Custo amortizado	Nível 1	1.844 4.319
Adiantamento a fornecedores	11	Custo amortizado	Nível 1	- 2.071
Despesas antecipadas	12	Custo amortizado	Nível 1	60 -
Não circulante				
Partes relacionadas	10	Custo amortizado	Nível 1	4.941 4.905
Adiantamento a fornecedores	11	Custo amortizado	Nível 1	- 1.043
Total ativo				13.041 21.417
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	14	Custo amortizado	Nível 1	25.638 22.708
Outras contas a pagar	16	Custo amortizado	Nível 2	53 -
Partes relacionadas	10	Custo amortizado	Nível 1	462 2.269
Não circulante				
Outras contas a pagar	16	Custo amortizado	Nível 2	6.004 5.226
Partes relacionadas	10	Custo amortizado	Nível 2	21.239 35.310
Provisões	15	Custo amortizado	Nível 2	239 436
Total passivo				53.635 65.949

As atividades da Companhia e regulamentada e fiscalizada pela agência reguladora (ANEEL) e demais órgãos relacionados ao setor (MME, CCEE, ONS etc.). A Companhia tem o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre sua atividade.

23. COMPROMISSOS CONTRATUAIS E SEGUROS

23.1 Compromissos contratuais: Em 31 de dezembro de 2022, os compromissos de compras (que não estão registrados nas demonstrações financeiras), são apresentados por maturidade de vencimento, como segue:

	< 1 ano	1 - 3 anos	3 - 5 anos	> 5 anos	Total
Obrigações de compras	5.059 192	-	-	-	5.251

Os compromissos contratuais referidos no quadro acima refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da construção do parque solar. 23.2 Obrigação de compra: As obrigações de compra incluem essencialmente os contratos de prestação de serviço e de compra dos equipamentos de geração de energia solar e para manutenção do Parque, além dos contratos relativos ao fornecimento de produtos e serviços no âmbito da atividade operacional da Companhia. 23.3 Compromisso associado ao contrato de comercialização de energia no ambiente regulado: A Companhia assinou contratos de comercialização de energia no mercado livre. Tais contratos possuem prazo de vigência de 1º de janeiro 2022 a 31 de dezembro 2036.

24. COBERTURA DE SEGUROS (NÃO AUDITADO)

A Companhia tem um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros, não sendo objeto de trabalho dos nossos auditores independentes avaliar a suficiência dessas coberturas. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentava a seguinte principal apólice de seguro contratada com terceiros:

Descrição	Ramos da apólice	Limite Máximo de Indenização
Ativo imobilizado	Riscos operacionais	136
Responsabilidade civil	Geral	56

25. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS TRIBUTÁRIOS E CIVÉIS

A Companhia está sujeita a processos judiciais e procedimentos administrativos no âmbito trabalhista, previdenciário, tributário, civil e ambiental. A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores legais, não possui causas cujo desfecho desfavorável é avaliado como provável. Riscos cuja probabilidade de perda é considerada possível são os descritos a seguir:

25.1 Administrativo: Em 31 de dezembro de 2022, a ação versa sobre a cobrança de Autos de Infração lavrados pela Receita Federal do Brasil, objetivando a cobrança alfandegária, cujo prognóstico de perda foi classificado pelos advogados externos como possível e, portanto, não foi constituída provisão contábil

Natureza da ação

Acões Valor atualizado

Administrativo 1 6.393

1 6.393